

**ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos 20 dias do mês de outubro de 1998, na sala do CAP/APPA, sob a presidência do Comandante-de-Mar-e-Guerra, Roberto Agnese Fayad, com a presença dos Conselheiros, Luiz Ivan de Vasconcellos, Nilson Viana, Edmund Fatuch, Luiz Fernando de Oliveira Mazzitelli, José Silvio Gori, Carlos Roberto Frísoli, Antônio Jairo Matoso, Hélio Alves dos Santos, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Júlio Monteiro de Souza, João Gilberto Cominese Freire, José Roberto Almeida Corrêa, Alceu Claro Chaves, Leopoldino de Abreu Neto, **Abertura da Reunião** : O Sr. Presidente iniciou fazendo a saudação aos senhores Conselheiros e, em seguida referiu-se ao convite feito pelo CAP, a pedido do Sr. Superintendente da APPA para que pesquisadores do CEM Centro de Estudos do Mar pudessem falar ao Conselho sobre o trabalho, por eles desenvolvidos em razão dos Convênios que a APPA mantém com a Universidade do Paraná, e informando sobre o que será feito nos próximos 5 anos, tempo estabelecido no Novo Convênio. O Sr. Presidente anunciou a presença dos pesquisadores, Carlos Roberto Soares, Valéria Moraes e Eduardo Marone. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Carlos Roberto Soares que referiu-se ao primeiro Convênio assinado em abril de 1996 e a contribuição técnica que vem sendo dada a partir daí pela Universidade, bem como a possibilidade da ampliação dos trabalhos nos próximos anos. Referindo-se a área geológica disse que o CEM possui uma mapoteca que registra todos os mapas batimétricos existentes, que possibilitam estudar historicamente o assoreamento, permitindo, ainda, entender o trecho do canal quando é crítico e porquê. Graças a esse trabalho foi permitido formular um traçado ideal do canal e estabelecer, nas dragagens, os calados, o volume a ser dragado e as áreas de fundeio que constam das Normas de Tráfego Marítimo. Depois informou que à conta do Convênio o CEM adquiriu um GPS de grande precisão, capaz de fornecer dados que vão se incorporar às cartas náuticas. Disse que o CEM faz o monitoramento das áreas para atualização da Carta Náutica. Depois referiu-se à questão dos aspectos ambientais e os impactos no eco-sistema após as dragagens e apontou erro de engenharia na dragagem feita em 1978 no canal externo, porque favorece o assoreamento, e que existem medidas para minorar o problema. Na continuação, o pesquisador Eduardo Marone fez outras considerações a respeito dos trabalhos. Falou sobre o planejamento realizado pelo CEM para o aprofundamento do Canal, discorreu sobre as origens e as causas dos sedimentos, e sobre os estudos que demonstraram que os depósitos e materiais jogados em locais muito profundos e auto-limpantes, contribuíram para o assoreamento do local anteriormente dragado. Essa constatação orientou no sentido de serem adotadas novas políticas de despejo. Em seguida fez considerações técnicas sobre correntes marítimas e, as principais, que transportam sedimentos e que existe uma diferença entre o padrão das correntes no verão e na situação de inverno. Falou sobre a largura do canal e seu alinhamento que se encontra 15° desviado do eixo e, em seguida discorreu sobre o monitoramento feito pelo CEM a fim de propiciar condições para a melhoria e o aumento do tráfego nos canais de navegação. Sobre os benefícios do trabalho disse que eles permitem, conhecer os locais a serem dragados; os traçados dos canais; estabelecer a origem dos sedimentos, definindo áreas de despejos com redução de custos; as variações sazonais; planejar as dragagens, e as atividades do Porto, além de elaborar normas de operação que podem ser feitas em bases técnicas, com diminuição de riscos trabalhistas e ao Meio Ambiente. A apresentação do pesquisador foi concluída com referências aos equipamentos utilizados para a determinação dos dados sobre marés e ondas, e sobre as informações que ficarão à disposição de toda a comunidade usuária da Baía de Paranaguá. O Sr. Presidente

enalteceu o trabalho daqueles pesquisadores e do CEM pela qualidade e pelo ineditismo desse tipo de trabalho no Brasil. Observou que numa próxima oportunidade o assunto pendente que seria trabalhado pela pesquisadora Valéria Moraes poderá ser objeto de uma próxima Reunião do CAP. O Conselheiro José Silvio Gori solicitou que a APPA, ou a Comissão de Dragagem, informasse sobre a situação da dragagem, tendo o Assessor Técnico da APPA, José Roberto informado que as áreas externa/interna do canal estão prontas e que a profundidade mínima, na parte externa, ficou em 48,20 pés ou 14,7 metros com largura para 200 metros e 12 metros com 75 metros de largura. Na média, porém o canal ficou com 250 metros de largura. Informou que na parte interna a empresa HAM ainda tem 20 mil metros cúbicos para dragar. A área da Baía, cuja dragagem foi feita pela Bandeirantes, foi encerrada, mas houve retardo na dragagem dos berços 210 a 216 em razão das chuvas. Nesse local houve grande assoreamento em razão da fuga de material e que a APPA vai dar prioridade aos berços 210 a 214. Depois referiu-se as Normas de Tráfego Marítimo, que serão alteradas em razão de modificações, especialmente, no que concerne às restrições. O Conselheiro José Silvio Gori aludiu sobre a questão dos benefícios decorrentes dos Convênios com o CEM e propôs que a APPA comece a estudar a Tarifa INFRAMAR para verificar, se o preço está de acordo com a idéia de redução dos custos portuários. Em aparte o Conselheiro Frisoli insistiu que a APPA faça um orçamento para o próximo ano, para futuras dragagens e, ao mesmo tempo, fixe a Tarifa INFRAMAR a fim de evitar alterações, que interferem nos contratos de navios. Manifestando-se a respeito o Conselheiro Nilson Viana informou que a Tarifa INFRAMAR não cobre apenas despesas com dragagem, mas todo um conjunto de despesas inseridas no condomínio portuário. O Sr. Presidente, diante das manifestações dos Senhores Conselheiros, solicitou que a APPA proceda um estudo a respeito da Tarifa INFRAMAR e a encaminhe ao CAP. **EXPEDIENTE – Aprovação da Ata :** O Sr. Presidente submeteu a apreciação Ata da Reunião Anterior, que foi aprovada por unanimidade – **Justificativa de Ausência:** Justificaram: José Carlos Gomes Carvalho, Eli Nilson da Silva, Pedro Antônio Bueno de Camargo e Luiz Philippe Figueiredo. **Operadores Portuários:** Estão pré-qualificados 73. **Fundo de Dragagem:** Pelo Demonstrativo, o saldo em setembro é de R\$ 1.144.043,56 (Um milhão, cento e quarenta e quatro mil quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos) **Resoluções:** Foi emitida a Resolução nº 17/98-CAP-Pr. **Correspondência Expedida:** **Ofício 51/98 - CAP de 24/09/98** ao Sr. Diretor do Centro de Estudos do Mar – CEM – confirmando convite para uma palestra sobre os Convênios da APPA com aquela instituição, os trabalhos realizados e a realizar. **Ofício 52/98 – CAP de 30/09/98** à Sra. Superintendente do IBAMA solicitando a cessão do material utilizado em sua palestra no CAP, na Reunião Ordinária do dia 18/09/98. **Foram encaminhados à Comissão de Acompanhamento de Dragagem,** para conhecimento **Ofício 53/98 - CAP de 01/10/98** encaminhando cópia do ofício 372/98 da APPA e seu anexo, enviado à Capitania dos Portos, referente as Novas Normas de Tráfego Marítimo e de Permanência dos Portos de Paranaguá e Antonina; **Ofício 54/98 – CAP de 02/10/98** encaminhando cópia do ofício nº 373/98 da APPA ao IBAMA e seu anexo enviando relatórios sobre ao controle ambiental da Baía de Paranaguá; **Ofício 55/98 - CAP de 06/10/98** encaminhando cópia do ofício 374/98 da APPA sobre a situação atual do Canal da Galheta, após da dragagem; **Ofício 56/98 – CAP de 06/10/98** encaminhando para conhecimento cópia do telefax nº 363 de 05/10/98 da APPA ao CF Roberto Figueira Carvalho, chefe do Depto de Hidrografia e Oceanografia, consultando sobre a possibilidade de fornecimento de informações das marés previstas para o Porto de Antonina; e cópia do ofício nº 376 de 05/10/98 da APPA ao Sr. Bernardo Mader Gonçalves, Diretor do Empreendimento da Ponta do Félix indicando as condições para realização da dragagem nas áreas dos portos paranaenses. **Ofício 58/98 – CAP de 13/10/98** encaminhando cópia do ofício 544 de 13/10/98 da Capitania dos Portos à APPA, inclusive os anexos 1 e 2

que se reportam sobre a reunião realizada na Capitania dos Portos com representantes da APPA, DHN e APEP, a fim de tratar sobre a Posição Final do Balizamento do Canal da Galheta e Definição do calado máximo e condições da navegabilidade na área externa do canal etc. **Ofício 59/98 – CAP de 14/10/98** - encaminhando cópia do ofício nº 549 de 13/10/98 da Capitania dos Portos à APPA, referente a um *Parecer Técnico* a ser feito pela Diretoria de Portos e Costas baseado nas Normas de Organização Marítima Internacional, no interesse do Porto. **Ofício 57/98 – CAP de 06/10/98**, à Relatora da **Comissão de Acompanhamento do PDZPO**, encaminhando, para conhecimento, cópia do ofício 375 de 05/10/98 da APPA ao Sr. Capitão dos Portos manifestando-se quanto a construção de uma Marina em Pontal do Sul, requerida pelo Sr. José Guilherme Vita. **Correspondência Recebida** : Cópias dos ofícios nºs, 372 da APPA ao Sr. Capitão dos Portos, 373 da APPA ao Sr. Lício Domit do IBAMA; 376 da APPA ao Diretor da Ponta do Félix, 375 da APPA ao Capitão dos Portos; cópia do telefax nº 363 da APPA ao Chefe do Depto de Hidrografia e Oceanografia, cópia do ofício 544 da Capitania dos Portos à APPA; cópia do ofício nº 549 da Capitania dos Portos à APPA; ofício 374 da APPA ao CAP, Ofício 61 do Centro de Estudos do Mar de 14/10/98 informando sua palestra nesta Reunião Ordinária; ofício 334/98 da Sra. Superintendente substituta do IBAMA encaminhando cópias do material utilizado em sua palestra, em atenção ao pedido do CAP. Foi lido, ainda, “ipsis litteris”, ofício nº 132/98 de 18/10/98 e seu anexo contendo manifesto do Conselho Superior do SINDOP sobre a posição oficial desse Sindicato com relação a tentativa de invasão da Sede Social do órgão pelos trabalhadores avulsos- Arrumadores. Em adendo, o Conselheiro Frisoli esclareceu sobre os problemas decorrentes com o recolhimento de salários, férias e 13º salário que não vêm sendo repassados aos avulsos mensalmente, em razão da falta de regulamentação da *Medida Provisória* que disciplinou aqueles recolhimentos. **PROHAGE** – Em seguida o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Paulo Murta representante do Coordenador da Comissão Local do PROHAGE e este informou sobre a última Reunião da Comissão realizada em 13/10/98, oportunidade em que a Sub-Comissão encarregada apresentou proposta para alteração na legislação, tendo em vista facilitar a liberação de cargas. Essa proposta vai ser encaminhada à Comissão Nacional, em Brasília. Também ficou decidida naquela reunião, a expedição de convites à usuários da atividade portuária, para participar das reuniões do PROHAGE a fim de contribuir para o encaminhamento e soluções das questões analisadas pela Coordenação local. O Sr. Presidente após esse relato insistiu na participação dos senhores Conselheiros no sentido de melhor utilizar o **PROHAGE** apresentando suas questões, sugestões e críticas a fim de agilizar a movimentação de cargas no Porto. **Relatório Gerencial da APPA**: O Relatório do mês de setembro lido pelo Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos e distribuído ao CAP, apresentou a seguinte situação: **Movimento de Cargas** : Carga Geral 269.415 ts; destaques para madeira e açúcar; Granel Sólido Paranaguá: 829.898 ts; destaques soja, farelo, fertilizantes e açúcar; Antonina 44.750 ts de fertilizantes; caminhões : passaram pelo Pátio de 11.485, Vagões: 1088; Contêineres, 15739 TEUS. Veículos Descarregados, Volks 8657, Renault 823, Audi 653 e Chrysler 125; Movimento de Navios 135; Tempos de Espera : Carga Geral, zero dia (açúcar 10 dias; Fertilizantes, 15 dias; Full-Contêiner, zero dia, Corredor 15 dias. **Fatos Relevantes**: As condições adversas de tempo durante cerca de 40 dias prejudicaram a operação; foi assinado pelo Sr. Governador do Estado o Novo Convênio com a UFPR através do CEM; aprovado pelo Novo Balizamento na área externa do canal; a dragagem dos berços 210 a 216 ainda se encontra pendente em razão das condições adversas de tempo ( objetivo é reiniciar os trabalhos ainda em outubro); aprovado o balizamento luminoso do trecho entre Paranaguá/Antonina. Sua implantação dependerá da dragagem a ser feita pelo empreendimento na Ponta do Félix. A DPC – Diretoria de Portos e Costas está elaborando

## CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

um parecer técnico sobre Controle de tráfego Marítimo segundo as normas internacionais do IMO; está sendo elaborada a Segunda edição das Normas de Tráfego Marítimo, prevista para vigor a partir de 1º/01/99; a DHN, entre os dias 26 e 28 próximos, fará apresentação da primeira Carta de Navegação Eletrônica da Área do Porto de Paranaguá. OBS: É a primeira Carta desse tipo a ser editada no Brasil. O Conselheiro Carlos Roberto Frísoli, na sequência, sugeriu que as edições de Ordens de Serviço e Portarias, que envolvam a atividade dos usuários do Porto, sejam feitas com alguma antecedência a fim de evitar contratemplos. Defendeu que referidos instrumentos administrativos sejam inseridos no Relatório Gerencial da APPA. Segundo o Conselheiro, esses documentos devem ter um certo prazo para entrar em vigor, para que os interessados cumpram suas disposições. O Conselheiro Antônio Jairo Matoso, em aparte, indagou do Conselheiro Frísoli, na condição de dirigente do SINDOP, se ele está de acordo com atracação no berço 215. A posição do SINDOP, disse o Conselheiro, é a de garantir a livre concorrência entre todos os Operadores. Sobre o Consórcio REDRAN-Transbasa, ponderou que ele é o resultado de um processo licitatório, consequência de 3 (três) audiências públicas, nas quais muitos dos que nela deveriam estar presentes não estavam. É a favor de que haja um berço alternativo. A Conselheira Maria do Socorro manifestou preocupação com os arrendamentos, enfatizando que eles devem levar em conta os entornos do Porto, posto que eles, têm a ver com o lado social. Disse que quando isso não é considerado sua implantação é sempre difícil. Entende que não é mais possível abrir qualquer licitação sem cuidar desses entornos. Depois afirmou que grandes portos internacionais, nesses casos, tiveram o cuidado de preservar o trabalhador. Sustentou que, o processo de privatização do Porto de Paranaguá tem sido capenga. Depois, preocupada, deixou uma indagação: - *O que acontecerá com os trabalhadores do Corredor de Exportação, quando ocorrer sua privatização?* O Conselheiro José Silvio Gori retornando à questão da edição de Portarias e Ordens de Serviço pela APPA sugeriu que, antes do Porto baixar qualquer ato envolvendo providências pelos usuários do Porto, que fosse promovida uma discussão entre os interessados. Depois contestou a faculdade da APPA resolver os casos omissos. O Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos, em resposta, referindo-se ao universo de situações existentes no Porto, disse que 90% das situações são previsíveis e, 10%, não. Nessas circunstâncias, é costume (como em qualquer legislação), *que os "casos omissos sejam resolvidos pela APPA"*. **Relatório das Comissões Permanentes** : O Sr. Presidente referiu-se a questão Cabotagem entregue à Comissão cujo relator é o Conselheiro Mário Manoel das Dores Roque e como ele não se encontrava presente à reunião, vai instá-lo a manifestar a posição da Comissão sobre os incentivos à Cabotagem na próxima Reunião. A Conselheira Maria do Socorro solicitou que a questão dos Arrendamentos no futuro, não se processassem sem amplo debate. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente, encerrou a Reunião, marcando a próxima para o dia 20/11/98, na sala do CAP às 10:00 horas, tendo eu *Ivany Marés da Costa*, lavrado a presente ATA que vai assinada por mim e pelos Conselheiros abaixo.